

rectamente com o impacto positivo das políticas de redistribuição, facto que é demonstrado no capítulo dedicado à simulação do impacto do RMG.

O estudo demonstra claramente que as políticas sociais levadas a cabo na segunda metade dos anos 90 tiveram um impacto positivo na inversão de certas tendências que vinham desde o início da década. O programa do RMG conseguiu atingir um dos seus objectivos principais na atenuação das situações mais extremas de precariedade social. Contudo, este não alterou substancialmente os níveis de prevalência de pobreza, já que a percentagem de pessoas a viver com rendimentos inferiores à linha de pobreza (60% do rendimento mediano, por adulto equivalente) não sofre alterações significativas — permanecendo na casa dos 19% —, o que representa, segundo as estimativas do autor para o ano de 2000, 1 950 000 portugueses. Tendo em conta estes dados, parece claro que o RMG significou um incremento fundamental no apoio às famílias mais carenciadas e desprotegidas, mas revelou ser um programa insuficiente para alterar os níveis estruturais de pobreza, que teimam em permanecer.

No capítulo 4, Carlos Farinha Rodrigues identifica as populações mais afectadas pelas desigualdades sociais, caracterizando as situações representativas e as suas principais determinantes. Estas são brilhantemente sintetizadas na conclusão do livro por intermédio da definição do perfil socioeconómico da sociedade portuguesa: “Um modelo económico profundamente desigual, assente na coexistência de baixos salários e de profundas assimetrias nos salários mais elevados, um acentuar do fosso que separa as áreas rurais das urbanas como consequência do declínio da actividade agrícola e da concentração das grandes cidades, constituem elementos potenciadores do aumento das desigualdades e do acentuar dos factores de pobreza. O progressivo envelhecimento da população, associado a um crescente ‘desligar’ da actividade produtiva de largos sectores da população e à insuficiência dos esquemas de protecção social existentes, constitui uma outra causa do agravamento da desigualdade e da exclusão social” (p. 315).

Tal perfil estrutural exige o aprofundamento e a diversificação das políticas sociais em função das especificidades socioeconómicas e territoriais que atingem uma quantidade muito expressiva da população. Se considerarmos alguns dados recentes que têm sido divulgados, não parece que estas tendências se tenham alterado na presente década. Pelo contrário, verificamos que a sua persistência acaba por ser o indicador mais determinante e assinalável. Por este motivo, torna-se imprescindível que os instrumentos e as grelhas analíticas desenvolvidos neste importante estudo se estendam a anos mais recentes.

Sharon R. Roseman e Shawn S. Parkhurst (eds.), **Recasting Culture and Space in Iberian Contexts**, Albany, State University of New York Press, 2008, 313 páginas.

Esta colecção de ensaios foi coordenada pelos antropólogos Sharon Roseman (Memorial University of Newfoundland) e Shawn Parkhurst (University of Louisville). Estes dois autores têm em comum a sua formação doutoral em antropologia pela mesma universidade — a Universidade de Califórnia, Berkeley — e também os seus interesses de investigação por terrenos ibéricos lusófonos (Portugal e Galiza). A canadiana Sharon Roseman tem realizado um extenso trabalho de terreno na Galiza, mais concretamente na “Costa da Morte” da província da Corunha. Shawn Parkhurst tem levado a cabo um importante trabalho de investigação no Alto Douro e dirige actualmente o Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Louisville. A obra apresenta contributos de autores que são referências para os antropólogos que trabalham sobre a Península Ibérica: João Leal, Brian Juan O’Neill, António Medeiros, Susan M. DiGiacomo, Oriol Pi-Sunyer, Maria Cátedra, José Manuel Sobral, Jacqueline Urla e James W. Fernandez.

O livro está estruturado da seguinte forma: uma introdução, quatro partes e um posfácio. Na introdução, os editores reflectem sobre a relação entre cultura e espaço no que denominam “antropologia ibérica”, que, em nosso entender, é um conceito mais geográfico do que problemático, confirmado pelos autores e pelos temas escolhidos nesta publicação. Na intenção dos editores, a obra pretende servir de base para reespecializar a antropologia, ligando os contextos históricos — séculos XIX e XX — com tradições intelectuais específicas, discursos e práticas quotidianas. Desta forma, o espaço, na tradição de autores como Lefebvre, Harvey ou Soja, é um vector através do qual podem ser analisadas as relações entre o poder e a cultura.

Na primeira parte, centrada em casos portugueses, abordam-se os espaços coloniais e a produção de identidades nacionais. São três os capítulos e os autores que tratam desta questão: João Leal, Brian O’Neill e António Medeiros.

João Leal apresenta um texto numa perspectiva de questionamento da “nação”, Portugal e o seu império, através de uma análise política da ideologia da “saudade” que é vista como a produção política de um sentimento de nostalgia pela perda do “império”. Também analisa o papel da “cultura popular” e o contributo dos antropólogos nesse questionar da nação e do império.

Brian O’Neill traz para debate um contexto ex-colonial, Malaca, e a forma como uma minoria, a comunidade Kristang, recria uma identidade hiper-portuguesa para marcar uma diferença social e cultural. Sem terem contacto

com Portugal, os Kristang estabelecem várias identificações nacionais extraterritoriais que fazem lembrar os processos de afirmação das identidades de muitos grupos migrantes.

António Medeiros retoma um tema que conhece muito bem: a ideologia imperialista do Estado Novo e o seu aparelho de produção de imagens visuais. Tomando como caso de estudo a primeira exposição colonial portuguesa, celebrada no Porto em 1934, reflecte sobre os modelos de representação identitária das colónias e do espaço rural português, reproduzidos ao nível folclórico local.

Na segunda parte desta publicação problematiza-se o modo como as pessoas que viveram o fascismo, as ditaduras e o exílio partilham memórias do espaço e da cultura. Nos três capítulos que a compõem vemos que as memórias sociais do passado estão bem presentes na actualidade e são consideradas expressivas da construção de identidades colectivas. No capítulo escrito por Susan M. DiGiacomo, a educação republicana e a franquista são abordadas enquanto espaços metonímicos de construção de memórias, analisando-se ainda a forma como a sátira e o humor contra a ditadura franquista construíram uma memória social da resistência face à dominação.

Sharon Roseman analisa o papel da “Sección Femenina” durante a ditadura franquista e a sua penetração num espaço rural da Galiza, a Costa da Morte (A Corunha). O labor destas mulheres voluntárias ao serviço do ideal fascista contribuiu para a modernização do rural, mas também para dominar o campo e as mulheres, em particular.

Oriol Pi-Sunyer apresenta dados da sua autobiografia no seio de uma família republicana catalã que se viu obrigada ao exílio, em Londres, durante a Guerra Civil Espanhola. Nesta diáspora transnacional, a recomposição da sua vida e da sua identidade nacional catalã, no contexto espacial do exílio, é apresentada como um processo através do qual se articula uma pluralidade de identidades que integram novas práticas e padrões britânicos sem assimilação ou resistência face a essas novas práticas.

A terceira parte do livro centra-se nos contextos regionais ibéricos, nos seus usos, nas suas práticas e representações.

María Cátedra trata da distinção urbano/rural, explorando o culto da Virgem de Sonsoles em Ávila (Espanha) numa análise das práticas religiosas dos seus devotos.

José Manuel Sobral estuda a história intelectual da divisão portuguesa entre Norte/Sul no pós-25 de Abril. A construção de estereótipos, a presença de argumentos raciais, já presentes no século XIX, e as relações entre o centro geopolítico (Lisboa) e a periferia geopolítica (Norte) são elementos fundamentais na sua análise.

Shawn Parkhurst, por seu lado, centra-se nas retóricas e representações dos jornais regionais do Alto Douro e no seu contributo para a criação de

uma homogeneidade simbólica regional. A coluna jornalística de Onésimo Azevedo serve-lhe de pretexto para analisar a criação de hierarquias espaciais e culturais, destacando-se no seu argumento a tensão entre os diferentes níveis espaciais das identidades colectivas (local, regional, nacional, global) nas representações jornalísticas.

Na quarta parte, dedicada às culturas políticas e ao global, Jacqueline Urla aborda as transformações nos usos e significados do espaço urbano, no caso de Bilbao, no País Basco. O encontro entre os discursos globais (por exemplo, o ambientalismo) e a sua interacção com o local cria uma nova cidadania não isenta de pluralismo, conexões, mas também de limites e novas fronteiras (linguísticas, territoriais e identitárias) vividas por cidadãos mais cosmopolitas. A autora compara com profundidade antropológica o cosmopolitismo urbano do Kafe Antzokia com o global localizado do Gugenheim Bilbao, mas foca a atenção em como o local (por exemplo, a língua basca) se espacializa e se articula no que procura ser uma globalização desde a base.

No posfácio, James Fernandez estabelece um diálogo frutífero com os ensaios anteriores. Começa por diferenciar “espaço” e “sítio” (lugar). Equaciona “espaço” como algo limitado e como objecto de pensamento. O “sítio” é algo mais do que isso, é um lugar construído culturalmente e investido de significados particulares. James Fernandez enuncia uma etnologia das suas experiências de trabalho de campo em África e na Europa com base em categorias também analisadas nos textos anteriores (por exemplo, a ideologia racial do Norte/Sul). Este autor afirma que essas categorias, mais do que simples oposições dicotómicas, devem ser vistas como integradas, em interacção com algo em comum, com um dinamismo particular. É através delas que aprendemos a viver e a compreender os nossos mundos. O autor acaba por concluir, citando Bachelard (*A Poética do Espaço*), que uma boa etnografia deve ter em conta a “kinestética” e a “sinestesia”.

Em resumo, esta é uma colecção de estudos de caso, na qual os autores analisam a criação de espaços: de conflito em Portugal e Espanha, de exílio ou colonização ibérica. No seu conjunto, os textos são um magnífico pré-texto para debate sobre se existe ou não uma antropologia ibérica. Do mesmo modo, podemos afirmar que é um contributo relevante para a antropologia do espaço e do poder como mediação. Em síntese, é uma leitura obrigatória para todos os cientistas sociais que trabalham na Ibéria ou Ibérica.

Xerardo Pereiro

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro